

# Statebuilding: paz ou imperialismo?\*

Fernando José Ludwig<sup>1</sup>

## Resumo

Há uma tendência adoptada no seio da comunidade internacional de que, em caso de segurança humana, a soberania do Estado deve ser colocada à parte. Assim, intervenções internacionais podem ser justificadas enquanto soluções para o restabelecimento de uma ordem nacional. Desta forma, este artigo pretende discutir duas grandes dimensões do processo de statebuilding das Nações Unidas em sociedades que se encontram no pós-conflito. Em primeiro lugar, explorar a duração da intervenção internacional, ou seja, quando a mesma deve deixar o Estado em causa e passar a sociedade local o poder solucionar seus próprios problemas de representatividade. E, em segundo lugar, verificar de que forma esta transição de poder pode ser iniciada de forma a conquistar uma transição pacífica do poder internacional para o local. O argumento, seguindo uma determinada tendência na literatura actual, é que o processo de statebuilding das Nações Unidas deveria ter em consideração a configuração interna, bem como fortalecer suas instituições a fim de buscar um melhor diálogo entre as partes conflitantes em termos de representatividade que, por sua vez, poderia representar uma transição menos turbulenta da divisão do poder internacional para o local.

**Palavras-chave:** Paz. Imperialismo. Statebuilding. Nações Unidas. Sociedade civil.

## 1 Introdução

O crescente debate em torno dos mecanismos de manutenção e construções da paz das Nações Unidas dotou-o de uma importância única no cerne das Rela-

---

\* Recebido em 01.10.10.

Aprovado em 01.12.10.

<sup>1</sup> Fernando Jose Ludwig actualmente é doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal) e Centro de Estudos Sociais (CES). É bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), referência SFRH / BD / 64916 / 2009, co-financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE). Contacto: fernandoludwig@ces.uc.pt

ções Internacionais. A própria configuração do sistema internacional, associado a um dos principais dilemas alusivos a intervenção versus a defesa da soberania<sup>2</sup>, advoga – nos dias de hoje – a necessidade de se intervir em nome de um direito humano universal comum. O presente trabalho não visa discutir os dilemas *à priori* no que toca essa abordagem intervencionista, pelo contrário, adopta este fenómeno como sendo um dado adquirido da actual conjuntura internacional e visa apresentar suas principais falhas no que diz respeito a um dos mecanismos de paz das Nações Unidas, ou seja, o statebuilding.

Neste sentido, inúmeras críticas são endereçadas ao processo de statebuilding (exportação de estados falhados, imperialismo, duração e nível de intervenção das missões de paz, etc.), no entanto, o presente artigo visa essencialmente explorar, num primeiro momento os principais desafios teóricos e práticos do statebuilding, tendo em conta sua função na construção de uma paz sustentável; já num segundo momento avaliar os processos de transição entre a intervenção e a autonomia do estado em causa, tendo em conta os objectivos finais do próprio mandato das operações de paz.

Com o intuito de cumprir com seu escopo ontológico e epistemológico, o presente trabalho será dividido da seguinte forma: em primeiro lugar será discutido os processos de manutenção e construção da paz das Nações Unidas, passando por alocar as funções do statebuilding nestes mecanismos, bem como avaliando seus impactos e desafios para o cumprimento de seus objectivos finais; em segundo lugar, será apresentada de que forma a configuração interna de luta pelo poder e organização social deve ser entendida por estes mecanismos enquanto factores fundamentais para a construção de uma paz sustentável em sociedades pós conflito, assim como para uma transição menos turbulenta em direcção à autonomia do estado em causa. Visto isso, uma breve conclusão, argumentando que a participação da sociedade civil no processo de construção de uma paz sustentável é fulcral para o desenvolvimento do peacebuilding enquanto objectivo final das missões de paz.

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre o dilema “intervenção” versus “soberania”, ver (STOWELL, 1939; WEBER, 1995; WHEELER, 2003).

## **2 Os processos de construção da paz: o statebuilding**

Os processos de manutenção e construção da paz onusianos vêm sendo palco de diversas críticas no que toca tanto a sua concepção quanto a sua execução. Assim sendo, a presente secção visa explorar os principais dilemas que rodeiam o processo de statebuilding em sociedades pós conflitos, de maneira a analisar quais são os principais desafios que se deparam no que diz respeito ao cumprimento de seus mandatos, bem como na transferência de instituições neoliberais (em busca de uma paz consolidada) que, conseqüentemente, visa uma maior autonomia do estado em causa.

Assim, o statebuilding será aqui entendido enquanto elemento central de qualquer operação/processo de paz (BRAHIMI, 2007), essencialmente desenvolvido pelas Nações Unidas, que necessariamente envolve uma série de reformas estruturais no país em causa. Segundo Paris e Sisk, statebuilding remete-se ao “fortalecimento ou construção de instituições governamentais legítimas em países que estão em emergência de conflitos” (PARIS; SISK, 2009, p. 14). Estes mesmos autores acabam por acrescentar uma definição de statebuilding, que vai ao encontro dos objectivos aqui propostos, caracterizando-o por aquilo que não é, ou seja, apresentando seus principais misusos em termos teóricos. Assim, segundo estes, statebuilding não é a mesma coisa que peacebuilding, distinguindo que o primeiro é um sub-seguimento do segundo, isto é, parte/mecanismo de um projecto maior chamado peacebuilding. Em segundo lugar, acrescenta-se os níveis de análise propostos por tais missões, argumentando que, este mecanismo não é nem *top-down* nem *bottom-up* em relação a legitimidade governamental e sua relação com a sociedade civil, portanto, simplificando-o a reforçar/estabelecer instituições legítimas. Em terceiro lugar, state-building não significa nation-building, sendo o primeiro alusivo essencialmente aos processos burocráticos e institucionais do estado. E, finalmente, apresentam uma lista central das funções gerais transversais que podem ser encontradas no statebuilding, tais como segurança, estado de direito, provisão de serviços públicos básicos, etc. (PARIS; SISK, 2009, p. 14-15). Alguns destes tópicos serão mais aprofundados ao longo do trabalho.

No entanto, é justamente na forma que se dá esta transferência de valores, instituições, formas de governação dos países desenvolvidos para os países em de-

envolvimento ou sociedades pós conflito, que se encontra os maiores desafios do statebuilding e das missões de paz onusianas. Porém, antes de passarmos para a crítica ao(s) mecanismo(s), torna-se importante focar na aplicabilidade, em termos teóricos, destes instrumentos no que se refere à construção da paz, ou seja, que (ou melhor, qual) paz que está subentendida nestes processos?

O grande divisor de águas neste sentido está na publicação de Galtung intitulada “Violence, peace and peace research” (1969). Neste artigo, e seguindo os objectivos do presente trabalho, Galtung diferencia aquilo que chama de paz positiva (estrutural/indirecta) e paz negativa (pessoal/directa) onde, por um lado, a primeira é alcançada através de políticas que visem aquilo que chama de “justiça social”, ou seja, a própria estrutura interna do estado em causa tenderia a evitar a ocorrência de violências indirectas. Neste sentido, para que se alcance este tipo de paz, é necessária uma reestruturação mais profunda das instituições que, por sua vez, leve em consideração a heterogeneidade da sociedade civil. A meu ver, este tipo de paz é necessariamente impressa na sociedade internacional enquanto objectivo final ideal, a longo termo, sem aplicabilidade prática nos dias de hoje.<sup>3</sup> Por outro lado, a paz negativa, tem como principal característica o evitar a violência directa, pessoal (mais visível, essencialmente quando há conflito armado directo), passando assim, na prática, por adoptar medidas, entre outras, que visam o cessar-fogo, bem como evitar a recorrência do conflito armado. Em última análise, esta paz é característica essencial de operações de paz (processo de estabilização), prática recorrente actualmente, exequível a médio e longo prazo. Estes conceitos de paz, aqui apresentados aqui de forma sucinta, são analisados e entendidos em função de um entendimento aprofundado do conceito de violência e suas distintas tipologias, como descrito pelo autor, “violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations”(GALTUNG, 1969a, p. 168).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Esta posição dá-se pelo facto de não considerar que os objectivos das missões de paz actuais não coincidem nem com os interesses dos países que sofreram a intervenção, nem com o este objectivo de se buscar uma “justiça social”, ausente de violências indirectas. Este tópico será tratado mais a frente aquando das críticas, ou desafios do statebuilding.

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre este tema, ver Galtung (1969b; 1990).

Assim, o processo de construção de uma paz sustentável, segundo Reychler, refere-se a uma “situation characterized by the absence of physical violence; the elimination of unacceptable political, economic and cultural forms of discrimination; a high level of internal and external legitimacy of support; self-sustainability; and a propensity to enhance the constructive transformation of conflicts” (REYCHLER, 2001a, p. 13). Para que tal aconteça, é necessário haver um conjunto de factores/requerimentos segundo este mesmo autor.<sup>5</sup> Este tipo de abordagem vê o processo de manutenção de paz enquanto técnica, um conjunto de factores que, se seguindo de forma incondicional, alcançar-se-á paz, como podemos ver na própria definição da Nações Unidas relativamente a construção da paz,

”**Peacekeeping** is a technique designed to preserve the peace, however fragile, where fighting has been halted, and to assist in implementing agreements achieved by the peacemakers. Over the years, peacekeeping has evolved from a primarily military model of observing cease-fires and the separation of forces after inter-state wars, to incorporate a complex model of many elements – military, police and civilian – working together to help lay the foundations for sustainable peace”.(UN, 2008, p. 18, grifo do autor).

Um outro exemplo desta tecnicidade dos processos de manutenção da paz, pode ser visto na monitorização de transições democráticas, onde a transição requer “*free and fair elections; separation of powers; open and accountable government; decentralization; appropriate power-sharing arrangement; human rights; civil society; rule of law; good governance; and, inclusive citizenship and participation*” (REYCHLER, 2001b, p. 218). Note-se que, seguindo a ordem estabelecida pelo autor, a inclusão e participação da sociedade civil vem em último lugar. Processos semelhantes acontecem com a monitorização de eleições, direitos humanos, minorias, etc.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> São eles: “effective communication, consultation, and negotiation at different levels”; “peace-enhancing structures”; “an integrative moral-political climate”; e, “objective and subjective security” (REYCHLER, 2001a, p. 13-14).

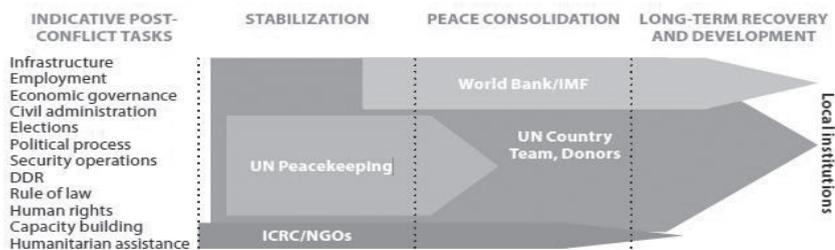
<sup>6</sup> Para maiores informações sobre estes temas, ver Kenny (2001); Scheltema (2001); Weyden (2001).

Contudo, já nos anos 1990, houve uma evolução desta concepção de construção da paz no seio da comunidade internacional, que passou a ser interpretada já não enquanto “técnica”, mas sim enquanto um processo, a longo prazo. Esta evolução deu-se essencialmente enquanto resposta a próprias mudanças do sistema internacional, assim o peacebuilding passou a dominar as operações de paz deste então, conforme descrito abaixo,

Peacebuilding involves a range of measures targeted to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development. Peacebuilding is a complex, long-term process of creating the necessary conditions for sustainable peace. It works by addressing the deep-rooted, structural causes of violent conflict in a comprehensive manner. Peacebuilding measures address core issues that effect the functioning of society and the State, and seek to enhance the capacity of the State to effectively and legitimately carry out its core functions” (REYCHLER, 2001b, p. 218).

Assim, esta evolução da concepção de paz que se busca em sociedades pós conflito passou a integrar um conjunto de factores e que compõem um processo a longo prazo. Esta complexidade e cariz multidimensional das missões de paz a longo termo, pode ser visto no gráfico abaixo,

**Gráfico 1: The Core Business of Multi-dimensional United Nations Peacekeeping Operations**



Considerando a própria evolução das operações de paz (ver quadro 1) No entanto, é justamente sobre esta nova concepção adoptada pelas Nações Unidas a partir da década de 1990, que incide as principais críticas na mais diversas áreas do peacebuilding/statebuilding.

**Quadro 1 – Principais operações de construção da paz em conflitos pós-civis, 1989-2007<sup>7</sup>**

Local	Duração
Namíbia	1989-1990
Nicarágua	1989-1992
Angola	1991-1997
Cambodja	1991-1993
El Salvador	1991-1995
Moçambique	1992-1994
Libéria	1992-1997
Ruanda	1993-1997
Bósnia	1995-present
Croácia (E. Slavonia)	1995-1998
Guatemala	1997
Timor Leste	1999-2002
Serra Leoa	1995-2005
Kosovo	1999-present
República Democrática do Congo	1999-present
Afeganistão	2002-present
Libéria	2003-present
Burundi	2004-present
Côte d Ivoire	2004-present
Sudão (Sul)	2005-present
Sudão (Darfur)	2007-present

Fonte: (PARIS; SISK, 2009, p. 2)

<sup>7</sup> Exclui missões com menos de 200 militares (p. ex., Georgia) e aquelas que não se seguiram de conflito armado (p. ex., Haiti); Nota da fonte.

E são sobre estas principais críticas e dilemas, bem como na evolução do statebuilding ao longo do tempo, que a próxima secção se concentrará.

### **3 Da intervenção externa à autonomia local: reflexões e dilemas**

No que diz respeito à condução do(s) processo(s) de paz *per se* não há consenso entre académicos. Entretanto, a presente secção visa explorar em primeiro lugar os principais dilemas que englobam o statebuilding e suas repercussões na sociedade civil, política e económica do país em causa. Neste momento, vale salientar que não se pretende uma resposta universal (receita estandardizada) válida para todos os conflitos, mas sim problematizar o(s) tema(s) para futuras reflexões. Em segundo lugar, e de certa forma em conjunto com a primeira, buscar-se-á na literatura, apresentar de forma clara e sucinta suas principais críticas e possíveis alternativas ao actual modelo de intervenção e construção de paz das Nações Unidas.

A ideia de autonomia aqui está directamente relacionada com a ideia de capacidade, ou seja, autonomia será definida aqui enquanto capacidade do estado em causa de executar seus objectivos, uma vez determinados. Entretanto, esta capacidade está relacionada com uma série de factores (políticos, económicos e sociais) que, (deter)minam, segundo Tilly, sua habilidade de exercer uma autoridade legal e burocrática (TILLY, 1975; DOMHOFF, 1996). Segundo este mesmo autor, sinais dessa capacidade são classificados como “modernidade”, sua “força” enquanto Estado. Seguindo esta linha de pensamento, o statebuilding estaria, em relação à diversidade social, na capacidade de homogeneizar culturalmente a população, sobre a autoridade estatal (DARVICHE; GENIEYS, 2008). Ainda sob esta égide, o papel da história na construção do nosso mundo é repetidamente ignorada (propositadamente ou não), ora sabemos que este processo de “construção” do estado moderno (na sua acepção europeia) durou séculos e, mais ainda, foi um processo extremamente violento, não-democrático, que ignorou quase que por completo qualquer direito humano “universal”. Seria, a meu ver, no mínimo ingénuo acreditar que as missões de statebuilding, em décadas, possam desempenhar a mesma função, ou seja, a construção de estados modernos, com instrumentos e mecanismos totalmente distintos (respeito pelos direitos humanos, estado de direito, democracia, etc.).

Visto isso, aqui se concentra o primeiro grande dilema do statebuilding nos dias de hoje, e.g., a duração dos mandatos das missões. Aqui, estaria melhor enquadrada para tal função uma missão de curta ou longa duração? Por um lado, quanto mais curta a missão, mais esta estará propensa à incidir sobre a prevenção da violência directa, do cessar-fogo, ou seja, busca-se aqui a paz negativa. Esta é uma característica mais condicente com as missões de peacekeeping, ou seja, de cariz mais imediato, exequível a curto e médio prazo. Por outro lado, uma missão de longa duração está mais inclinada a actuar nas estruturas mais profundas da sociedade em causa, alterando assim a própria configuração do estado. Este tipo de abordagem acarreta consigo uma série de críticas inerentes aos “mentores” da missão, tais como imperialismo, neo-colonialismo, ocupação, invasão, desrespeito pela soberania, entre outros (BENDAÑA, 2004; PARIS; SISK, 2009). Podemos ver as vantagens e desvantagens no que diz respeito ao dilema “tamanho”, bem como seu grau de intrusão, das missões statebuilding no quadro abaixo,

**Quadro 2 – Intrusão/Tamanho das forças de intervenção**

		<i>Intrusiveness of Intervention Forces</i>	
		<i>Low</i>	<i>High</i>
Size of Intervention Forces	Small	Benefit: Low resentment; May be able to intervene to resolve acute cases  Risk: Difficult to accomplish ambitious goals  Duration: Sustainable at low costs but with limited results	Benefit: Potentially effective counterinsurgency force  Risk: Smaller force may lack capability to control large contry  Duration: Prone to duration dilemma as intrusive force generates resentment among population
	Large	Benefit: Well-suited to training indigenous security forces  Risk: Lacks capability to defeat any emergency insurgency  Duration: Large force generates impatience among intervening country	Benefit: May allow fuller control over target country  Risk: High costs and high probability of resentment against perceived occupation  Duration: Most prone to duration dilemmas as both population and intervening power grow tired of perceiving occupation

Fonte: (Edelstein, 2009: 91)

Deste modo, seria o statebuilding um processo de exportação de estados falhados? Segundo Bickerton, statebuilding é resultado de uma ameaça directa à segurança internacional, ou seja, estados párias ou falhados (BICKERTON, 2007). Assim, como vimos, os processos de construção da paz passou alocar seus recursos de forma a reconstruir o governo local a partir da estabilidade internacional, progresso económico e desenvolvimento político (BICKERTON, 2007). Deste modo, a questão fulcral deste dilema que se coloca aos países desenvolvidos em relação à sua “ajuda” aos países em desenvolvimento foi colocada pelo Primeiro-ministro canadense, “*how well are we doing in helping to make weak states stronger so that they can better fulfil their responsibilities to their own people and others?*” (MARTIN apud BICKERTON, 2007, p. 94)<sup>8</sup>. O principal argumento aqui está na falta de representação da população civil no “novo” processo instaurado, assim o statebuilding não está apto a desenvolver os objectivos estipulados pelo seu próprio mandato. Ainda mais, a retirada da participação popular neste processo cria uma série de instituições falhas e corruptas, logo, legitimadas tanto pelas elites locais quanto pela comunidade internacional (BICKERTON, 2007). Mas seria isto, conforme a definição do que não é statebuilding por Paris e Sisk, uma abordagem *bottom-up*? No que diz respeito a legitimidade interna desta novas (ou refortalecidas) estruturas governamentais, evidentemente que esta nova reestruturação da sociedade política deve se relacionar com a sociedade civil. Ao afirmar que o statebuilding não condiz nem com as abordagens *top-down*, nem com a *bottom-up*, creio que apresentação de Paris e Sisk se equivoca no sentido de não caracterizar este último enquanto factor fundamental para se atingir tal *legitimidade*. Uma das alternativas apresentada por Paris a esta problemática, advoga que a institucionalização deve ocorrer antes da introdução de governos autónomos e da competição partidária (PARIS, 2004; PARIS; SISK, 2007).

Finalmente, o último dilema apresentado está relacionado com a questão da soberania e da transferência de poder do externo, seguindo o princípio de autonomia supra mencionado, ao poder local (que também passa pelas problemáticas acima mencionadas). Desta forma, as críticas apresentadas resultam uma falta de capacidade do processo de construção da paz statebuilding em reconhecer a sobe-

---

<sup>8</sup> Ex-primeiro ministro Canadense.

rania interna/doméstica do estado em causa.<sup>9</sup> Ao tomar o controle da soberania doméstica, parcialmente, e muitas vezes totalmente, desconfigura o pressuposto constituinte do Estado moderno, onde há uma cumplicidade entre organismos internacionais e governos locais, deixando de lado as populações locais. Assim, as instituições internas soberanas são substituídas por redes internacionais que pouco defendem os interesses da população (BICKERTON, 2007), podendo assim ser caracterizado por imposição de valores que tem o intuito de manter os interesses dos “peace-builders”, ou de coagir a cooptação de elites políticas locais (COX, 1983). E é nesta falta de representatividade e na criação de instituições extremamente dependentes da ajuda internacional que o statebuilding é visto como *state-failure* (BICKERTON, 2007).

É evidente que o presente trabalho não visa encontrar soluções para os dilemas acima mencionados no que se refere a construção de uma paz sustentável, também não relata de forma minuciosa todos os problemas encontrados em tais missões. Assim, qual a razão pela qual se apresenta tais problemáticas? O objectivo aqui é justamente reflectir sobre estes grandes dilemas, passando assim a considerá-los em caso de análise mais aprofundada do tema.

#### **4 Conclusão**

Ao longo do presente trabalho tentou-se apresentar os principais dilemas do processo de construção da paz, e mais especificamente seu sub-mecanismo, o statebuilding. Podemos assim concluir que o futuro deste mecanismo está longe de encontrar tanto consenso no seio da comunidade internacional quanto efectivas alternativas ao seu actual modelo de concepção.

Verificamos que, apesar do discurso político incidir essencialmente sobre a construção de uma paz positiva, a prática revela que as missões de construção da

---

<sup>9</sup> Para maiores informações sobre a divisão entre soberania vestefaliana/internacional e doméstica, ver Krasner (2004).

paz visam essencialmente instauração de uma paz negativa<sup>10</sup>, e que o seguimento destas missões negligencia a legalidade, essencial para a formação da legitimidade da função governamental do estado, da participação da sociedade civil, extremamente importante para a consolidação de uma paz mais sustentável, menos discriminatória e mais inclusiva.

E, finalmente, a evolução do *peacekeeping* para o *peacebuilding*, tanto em termos teóricos quanto práticos, foi importante, porém a problemática aqui apresentada enquanto dilema esta *a priori*, e não *a posteriori*, onde os interesses dos *peace-builders* não coincidem com os interesses da população (legitimadores das instituições governamentais), definindo então o conceito de paz sustentado ao longo do trabalho como sendo um conceito formulado para defender/manter os interesses dos *peace-builders*.

## **Statebuilding: Peace or Imperialism?**

### **Abstract**

There is a tendency adopted by scholars and international actors today that sovereignty must be put apart in cases of human security, therefore international intervention can be justified as a solution to re-establish domestic order. This paper aims to discuss two dimensions of the United Nations state-building processes in post conflict societies. Firstly, is to explore when international intervention should stop intervening and let the local society(ies) deal with their own problems of representation. Secondly, to verify in which ways this shift should take place in order to provide a peaceful transition from international to local power. Concerning this former point, and aware of the complexity of societal structuration process within each country, the goal here is to understand the variables that can change or influence the process of hegemonic groups to achieve the state's power (and control) for the next years. The argument here, following some trends of the actual literature, is that the process of state-building should evaluate the internal configuration

---

<sup>10</sup> Que, efectivamente, pode ser positivo para a resolução do conflito.

and strengthen institutions of each countries in order to bring social representants together to dialogue, in which should result in a less turbulent transition from the international to national power-sharing.

**Keywords:** Peace. Imperialism. Statebuilding. United Nations. Civil society.

### Referências

BENDAÑA, Alejandro. *From Peace-Building To State-Building: One Step Forward And Two Backwards, Presented At Nation-Building, State-Building And International Intervention: Between "Liberation" And Symptom Relief CERI* - Paris 15th October 2004. Disponível em: <<http://Www.Ceinicaragua.Org.Ni/Documento/Statebuildingpeace.Pdf>>. Acesso em: 28 out. 2008.

BICKERTON, Christopher. State-Building: exporting state-failure. In: BICKERTON, Cunliffe Gourevitch (Ed.). *Politics without sovereignty: A critique of contemporary international relations*. London: University College London, 2007. p. 93-111.

BRAHIMI, Lakhadar. *State Building In Crisis And Post-Conflict Countries, Presented At Global Forum On Reinventing Government, Building Trust In Government Viena – Austria*. Disponível em: <<http://Unpan1.Un.Org/Intradoc/Groups/Public/Documents/UN/UNPAN026305.Pdf>>. Acesso em: [15 maio 2008].

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Studies*, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

DARVICHE, Mohammad-Saïd; GENIEYS, William. Introduction: building democratic states on national diversity. In: DARVICHE, Mohammad-Saïd, et al. (Ed.). *Multinational statebuilding* Montpellier: Pôle Sud, 2008.

DOMHOFF, G. William. *State autonomy or class dominance? Case study on policy making in America*. New York: Aldine De Gruyter, 1996.

EDELSTEIN, David M. Foreign militaries, sustainable institutions, and postwar statebuilding. In: PARIS, Roland et al. (Ed.). *The dilemmas of statebuilding: confronting the contradictions of postwar peace operations*. New York: Routledge, 2009. p. 81-103.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, [S.l.], v. 6, p. 167-191, 1969a.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peach research. *Journal Of Peace Research*, [S.l.], v. 6, p. 167-191, 1969b.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, [S.l.], v. 27, p. 291-305, 1990.

KENNY, Karen. Human rights monitoring: how to do it and lessons learned. In: REYCHLER, Luc et al. (Ed.). *Peace-building: a field guide*. London: Lenny Rienner, 2001. p. 199-215.

KRASNER, Stephen. Sharing sovereignty: new institutions for collapsing and failing states. *International Security*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 5-53, 2004.

PARIS, Roland. *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University, 2004.

PARIS, Roland; SISK, Timothy. *Managing contradictions: the inherant dilemmas of postwar statebuilding*. Disponível em: <<http://Www.Ipacademy.Org/Asset/File/211/Iparpps.Pdf>>. Acesso em: [16th maio 2008].

PARIS, Roland; SISK, Timothy. Understanding the contradictions of postwar statebuilding. In: PARIS, Roland, et al. (Ed.). *The dilemmas of statebuilding: confronting the contradictions of postwar peace operations*. New York: Routledge, 2009. p. 1-20.

REYCHLER, Luc. Conceptual framework. In: REYCHLER, Luc et al. (Ed.). *Peace-building: a field guide*. London: Lynne Rienner, 2001a. p. 3-15.

REYCHLER, Luc. Monitoring democratic transitions. In: REYCHLER, Luc et al. (Ed.). *Peace-building: a field guide*. London: Lynne Rienner, 2001b. p. 216-221.

SHELTEMA, H. Gajus. Monitoring minority conflicts: the role of the OSCE high commissioner on national minorities. In: REYCHLER, Luc et al. (Ed.). *Peace-building: a field guide*. London: Lynne Rienner Publishers, 2001. p. 229-237.

STOWELL, Ellery C. Humanitarian intervention. *The American Journal Of International Law*, [S.l.], v. 33, n. 4, p. 733-736, 1939.

TILLY, Charles. *The formation of Nation States in western Europe*. Princeton: Princeton University, 1975.

UN, United Nations Peacekeeping Department. *United Nations Peacekeeping Operations Principles And Guidelines*. Disponível em: <[http://Pbpu.Unlb.Org/PBPS/Library/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.Pdf](http://Pbpu.Unlb.Org/PBPS/Library/Capstone_Doctrine_ENG.Pdf)>. Acesso em: [4 maio 2009].

WEBER, Cyntia. *Simulating sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange*. Cambridge: Cambridge University, 1995.

WEYDEN, Patrick Vander. Elections Monitoring. In: REYCHLER, Luc et al. (Ed.). *Peace-building: a field guide*. London Lynne Rienner, 2001. p. 222-228.

WHEELER, Nicolas J. Saving strangers, humanitarian intervention. In: \_\_\_\_\_. *International Society*. Oxford: Oxford University, 2003.

**Para publicar na revista Universitas  
Relações Internacionais, entre no endereço  
eletrônico [www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br).  
Observe as normas de publicação, facilitando e  
agilizando o trabalho de edição.**